

PELA PORTA DA FRENTE: TERRITORIALIDADE  
DOMÉSTICA EM FORTALEZA E EM OUTRAS VILAS  
CEARENSES (1780-1850)

Antonio Otaviano Vieira Junior

*Universidade Federal do Pará*

*Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina/USP*

AS RESIDÊNCIAS CEARENSES (1780-1850)

A mobília, a sala, a varanda, o quintal, os quartos, os odores, as pessoas conversando, as refeições [...]. No esforço de tocar toda a miríade que compunha o dia-a-dia da morada cearense, não foi possível encontrar uma descrição única que abrangesse as diversas dimensões do domicílio e do cotidiano familiar. Paulatinamente, o processo de investigação avançava e não encontrava uma descrição contundente sobre o interior das casas cearenses, e mais ainda, à medida que as fontes eram consultadas, ficava a certeza da variedade de estruturas domiciliares. A devassa da intimidade doméstica só poderia acontecer por inferências, por meio de registros ocasionais e pontuais de culturas materiais, de testemunhos de viajantes e memorialistas, mas sempre beirando a imaginação (ALGRANTI, 1997, p. 86).

As páginas seguintes são resultado do esforço de andar pelas moradas cearenses, entrando pelas salas, revirando os quartos e passeando entre a fumaça das cozinhas e a intimidade dos quintais.

A SALA

Batendo na porta e tendo-a aberta, eis que surge a sala. Esta poderia ser um segundo lugar destinado ao recebimento de pessoas alheias à lida cotidiana, em especial um lugar destinado às empreitadas artesanais e às discussões de negócios (LEMOS, 1999, p. 24). Em algumas residências bandeiristas paulistas do século XVIII, foram encontradas salas da frente com dormitórios anexos, talvez para os hóspedes (p. 28). Tal sala tinha lugar central na planta da casa, constituindo área de distribuição de onde se poderia acessar os quartos, o quintal, a varanda e outras áreas externas (p. 35). Esse espaço ficou marcado por se constituir uma fronteira entre o *público* e o *privado*, pois a

sala, como a varanda, era destinada a receber estranhos (VERÍSSIMO; BITAR, 1999, p. 60).

Mas, a representação da sala como um espaço destinado a hóspedes, como espaço eminentemente de contato com o alheio, não era incontestável pelos arquitetos.

Os compartimentos da fachada separam a família do mundo exterior, constituindo o cordão umbilical que marca suas relações com a sociedade: o alpendre para receber, o quarto de hóspede e a capela. Atrás dessa faixa, e segregada da sociedade, viveria a família em torno de uma sala para onde convergia toda a sua atividade (SALA, 1995, p. 112).

Segundo Saia (1995), em seu clássico sobre a *morada paulista*, a sala já era um espaço familiar no século XVII, era apresentada como lugar onde se desenvolvia a família, situava-se atrás da faixa social da casa e destinava-se estritamente ao uso doméstico (p. 109 e 135).

Ao se imaginar a sala da casa cearense, deve-se tentar percebê-la interagindo num mundo onde as fronteiras entre o *público* e o *privado* eram tênues. Mais uma vez é o relato de viajantes que aguçam nossa imaginação. Koster (1978, p. 126-127), narrou que fora hospedado numa das desocupadas residências de um rico comerciante em Aracati. Era uma casa grande, com duas salas amplas, dois quartos, cada qual com um leito, e cozinha, tudo no alto e o pavimento de baixo era uma espécie de armazém. Apesar dessa disposição arquitetônica, nosso amigo inglês, com seu companheiro de viagem, armou sua rede na sala (KOSTER, 1978), talvez acostumado com o hábito dos viajantes dormirem, quando não em varanda, na sala de seus hospedeiros.

Antes de chegar na vila, o inglês havia pedido abrigo num lugarejo próximo à praia que pertencia ao termo de Aracati, o que foi prontamente oferecido: deram-lhe a sala da frente da casa para descarregar sua bagagem e armar sua rede (KOSTER, 1978, p. 124). As malas, selas, arreios e murmúrios de Koster com seus companheiros interagiam durante a noite, sob o mesmo teto, com o sono da família que lhe dera abrigo.

Gardner (1975, p. 114), em suas andanças pelas fronteiras do Ceará com o Piauí, pediu hospedagem em uma pequena choupana. A casa era pobre e, segundo o narrador, mal construída, sem porta para

barrar o vento e com uma grande abertura ao lado. Sua divisão interna consistia em dois cômodos, o primeiro era voltado ao exterior, uma espécie de sala destinada naquela ocasião ao abrigo do grupo chefiado pelo britânico e mais um viajante; o segundo era destinado à família do proprietário.

Outras atividades, além da hospedagem provisória de estranhos, permeavam a utilização do espaço em questão, algumas das quais envolviam situações inusitadas, como a que aconteceu durante uma manhã do ano de 1821, numa casa na vila de Quixeramobim, onde se encontrava um número significativo de pessoas na sala de uma residência com o objetivo de assistir ao desenrolar de uma cirurgia. O paciente estava sobre uma mesa, anestesiado parcialmente por ópio e tinha seu rosto esfacelado pelo serrote do cirurgião, que incansavelmente procurava extirpar um grande tumor. Entre gemidos e o sangue derramado, a platéia buscava se acomodar da melhor maneira entre os espaços da sala (ARAGÃO, 1913, p. 59-60).

Além desta, há outra situação em que uma dúzia de senhoras, sentadas em esteiras sobre o assoalho, conversava na sala de uma residência na vila do Crato. O motivo aparente daquela interface social era o falecimento do sogro da proprietária. As pessoas da região corriam para lhe oferecer os pêsames. A conversa destas mulheres foi animada pela chegada de Gardner, que logo se tornou alvo de curiosas perguntas sobre seu país e sua pessoa (GARDNER, 1975, p. 92-93). A sala se transformara em espaço destinado ao encontro entre diferentes membros da vila, em lugar de luto e sociabilidade.

Os multiusos da sala de uma residência deveriam contar com o auxílio de uma mobília escassa, leve e de fácil manuseio. Levantava-se uma cadeira, enrolava-se uma esteira, jogava-se o banco de madeira por cima do feijão que secava, afastava-se a mesa e, sobre ela, colocava-se uma vela de cera de carnaúba ou um candeeiro de óleo de peixe [...] e logo estava pronta para uma de suas funções: a de dormitório. A mobília era extremamente simples. Como será discutido adiante, de um modo geral, mesmo nas residências mais abastadas, a presença da rede era dominante, embora se pudesse encontrar cadeiras e mesas. A rede servia como cadeira, porque era costume ficar sentado conversando e fumando, e também como sofá, pois algumas vezes duas pessoas sentavam na mesma rede. O ambiente da sala se enchia de risadas, palavras

sussurradas e impregnadas pelo cheiro do cigarro de palha. Pelo chão, encontravam-se esteiras espalhadas sobre as quais algumas mulheres teciam bordados ou costuravam alguma camisa do marido ou do filho. O germânico Pohl, em suas andanças pelo Brasil nas primeiras décadas do século XIX, observava que as mulheres “costumavam sentar-se numa esteira junto às janelas, de pernas cruzadas, durante o dia inteiro” (POHL, 1976, p. 45). No Ceará, segundo Gardner (1975, p. 93), as mulheres se sentavam nas redes, com os pés cruzados por baixo, e ali passavam o dia inteiro comendo doces e bebendo água fria.

Outras vezes, a sala era o cenário de encontro da família para decisões que diziam respeito ao destino do grupo. Sentada em volta de uma mesa, na sala, no ano de 1828, a família Aragão discutia a necessidade de imigrar diante da iminência de mais uma seca, seus membros faziam o inventário dos bens que haviam sobrevivido à seca anterior, especulavam sobre suas condições materiais de resistência à escassez de chuvas e buscavam rotas alternativas para se deslocarem (ARAGÃO, 1913, p. 88). A sala, nesse instante, resumia-se à família, num movimento que a consagrava momentaneamente como espaço familiar.

Na sala, a família fazia o seu *primeiro jantar* ou, como é conhecido atualmente, almoço. Cadeiras e mesas de cedro poderiam ser encontradas principalmente em domicílios mais abastados, onde se almoçava em pratos e copos de argila, e raramente de estanho, auxiliado por cuias com farinha. Embora escassos, os talheres não eram totalmente desconhecidos. Alguns inventários lançavam na partilha garfos e colheres que figuravam muito mais como patrimônio do que como um bem usual.

Primeiro tomam entre os dedos um pouco de carne [...] e depois, legumes e farinha. Mergulham isto no molho ou na sopa, que têm em abundância em seus pratos, esmagam o conjunto na palma da mão, fazendo um bolo mais ou menos no tamanho de um pequeno sabonete, o qual, assim pronto, levam imediatamente à boca, preparando outro enquanto comem (LINDNEY, 1969, p. 152-153).

Essa descrição feita sobre os costumes baianos, explorando as maneiras de se postar à mesa, não se distanciava dos costumes dos cearenses. Os talheres, quando apareciam nos inventários, não se ajustavam em número com os moradores da casa. Nas residências mais pobres o costume era de se sentar em volta de uma esteira, onde era a

comida servida em tigelas e cabaças. A refeição era devorada ali, no chão batido, e com a mão (KOSTER, 1978, p. 159-160).

A sala da morada do professor Ximenes Aragão, que foi ponto de encontro da família, também servia para a secagem de roupa. Na sua residência, durante a noite, quando o fluxo de pessoas era menos intenso, existia na sala uma *corda de roupa*, onde ele se escondia e espreitava o movimento da casa e a porta do quarto de seus pais (ARAGÃO, 1913, p. 121). Em Salvador foram encontradas casas onde, não a roupa, mas a comida era secada na sala (ARAÚJO, 1993, p. 61).

Outra possibilidade de uso do espaço da sala era o encontro de membros da família com o sagrado. Nos inventários de famílias de significativas posses, eram mencionadas as presenças de imagens de santas, como Nossa Senhora da Conceição<sup>1</sup>, Santa Anna e Santa Luzia<sup>2</sup>, cruz de ouro<sup>3</sup>, e de ricos oratórios com medalhas douradas e a imagem de Jesus Cristo crucificado<sup>4</sup>. Estas imagens poderiam compor a mobília de ricas casas, em especial a sala dessas residências que, na ausência de capelas, serviam como lugar de oração e culto ao sagrado. As paredes da sala dessas moradas ouviam os choros de moças ávidas para casarem ou a lamentação de pais desesperados e clamando aos céus por chuvas. Outras vezes, em datas comemorativas, a família poderia se reunir em volta das Santas e orarem com devoção.

Dormida de viajantes e ponto de reuniões para conversas, refeições e cigarros, a sala tinha múltiplas funções. Foi palco de cirurgia, como descrito, e até lugar para secar a roupa. Figurava como multifacetado espaço domiciliar, por onde corria parcela significativa do fluxo cotidiano da vida em família, seu uso não era fixo, adequava-se às necessidades do grupo, que variavam entre um espaço para trabalho, convívio e reunião da família.

## O QUARTO

O quarto era uma das partes constitutivas da casa que aparecia com menos referência na documentação pesquisada. A sua ausência talvez se desse pelo lugar social que este tinha nas residências, seja nas vilas ou nas fazendas. Esparsos indícios apontavam para o quarto como *locus* de uma incipiente intimidade, onde parcela do cotidiano familiar arrastava-se longe do olhar de estranhos. Isso, entretanto, não significava

que este cômodo tivesse uma função fixa, pois seu uso se adequava às necessidades do domicílio. A intensa especialização dos cômodos domiciliares iria acontecer somente em finais do século XIX e início do XX, principalmente nas opulentas casas urbanas das grandes cidades brasileiras (MARTINS, 1998, p. 131-214). As residências de famílias pobres, com poucos cômodos, sofriam mais intensamente o processo de superposição de funções dos quartos (ALGRANTI, 1997, p. 93).

Mas apesar da não especialização, era possível perceber algumas tendentes funções, em especial no que tangia à intimidade. Nos processos criminais de defloramento, em que o pai ou tutor denunciava o desvirginamento da filha, enteada, sobrinha ou irmã, um ritual precedia a condenação do suposto deflorador. Após a denúncia registrada pela pena do escrivão e a nomeação das testemunhas, seguia o exame de corpo delito. A querela era lavrada na casa de morada do Juiz Ordinário da vila, que logo nomeava o cirurgião para o exame e, na ausência deste, eram convocadas parteiras ou mulheres casadas. O examinador ou examinadoras, reuniam-se cercados de cuidados e restrições, retiravam-se a um quarto da casa do juiz e lá procediam ao exame do corpo da suposta vítima (VIEIRA JR., 1997). As paredes do cômodo materializavam um espaço destinado ao exame do íntimo.

Em 1808, na Ribeira do Cauipe, termo da vila de Fortaleza, uma queixa de adultério reforçava, por meio das entrelinhas das falas das testemunhas, a idéia da delimitação do quarto como espaço de intimidade. Vicência Maria era casada com Luis Ferreira, residindo com seu marido, mais quatro filhos e um escravo numa casa na dita Ribeira. Durante uma viagem do esposo para venda de gado, Vicência fora flagrada em *fralda de camisa* dentro de uma camarinha, enquanto do mesmo quarto saía apressado seu suposto amante<sup>5</sup>. O relato partiu do cunhado do próprio amante, e pode aguçar nossa imaginação no sentido de vislumbrar esse espaço como *locus* onde a suposta adúltera fugia do olhar dos filhos e escravo, na tentativa de buscar um momento de intimidade – embora não tivesse conseguido.

Essa idéia de intimidade poderia ser reforçada na atribuição do quarto como dormitório. Na madrugada de sábado para domingo do dia 06 de outubro do ano de 1810, na Ribeira do Cauipe, o cabra José de tal fora preso em flagrante. Este havia subido pela parede de uma casa e aberto espaço no telhado para entrar numa camarinha com a intenção de

furtar uma rede. Mas, logo sua presença fora sentida e sua prisão consumada. O fato de o ladrão procurar a rede no quarto evidencia que este era um local, pelo menos durante a noite, destinado à dormida da família. A rede se encontrava armada ou guardada em um baú ou canastra, tão comuns nos inventários do período.

Em geral, a parcela significativa dos móveis, destinada a guardar bens e auxiliar o transporte em possíveis jornadas migratórias, era depositada nos quartos da casa, em especial no quarto de exclusivo acesso da família. Assim, baús de pau amarelo ou de cedro, alguns com fechaduras e chave, e conjuntos de malas de couro, marcavam suas presenças no interior deste cômodo. Lençóis, roupas, jóias, algum documento, redes etc. ficavam protegidos nessas mobílias (VERÍSSIMO; BITAR, 1999, p. 90). A representação do quarto como espaço para armazenamento de boa parte do patrimônio material da família se solidificaria pela sua distância do mundo alheio, dos estranhos.

Koster, em suas andanças pela fronteira do Ceará com o Piauí, precisou mais uma vez de abrigo. Como o lugar era ermo e não apresentava uma casa com condições de recebê-lo, foi se preparando para dormir embaixo de uma árvore. Mas, no pé da colina tinha uma residência pequena, habitada por um viúvo e seus filhos e filhas. O velho dono da pequena casa insistiu que o inglês dormisse dentro de seu domicílio; o que foi aceito de bom grado. O viajante fora dormir num quarto com um escravo fugido e ladrão, que se encontrava amarrado num banco. Ao acordar, o negro havia escapado, pulando uma janela no fim do aposento (KOSTER, 1978, p. 170). Apesar da casa ser extremamente pequena, aparecia um quarto que foi utilizado para a dormida do hóspede. O escravo ladrão ficara no mesmo aposento que Koster justamente por não ter o domicílio um outro lugar que pudesse abrigá-lo. A família ficara isolada em outras partes da casa e separada do *estranho*. Nesse aposento destinado, pelo menos momentaneamente, para a dormida de pessoas alheias ao convívio familiar, existia uma janela que dava para fora da casa, uma fronteira tênue com o mundo exterior.

No entanto, a transformação de um dos cômodos da casa em quarto de hóspede não era exclusividade das pequenas residências rurais. Gardner, quando hospedado numa rica fazenda com varanda, dormia num quarto cuja porta dava para o citado alpendre. Nesse caso, era um quarto de acesso pelo exterior da casa, reduzindo a possibilidade de

contato entre a família e os momentâneos hóspedes (FREYRE, 2000, p. 69-70).

A representação do quarto como local de dormida e incipiente privacidade continuava a aparecer na documentação de maneira marcante. O professor Ximenes Aragão, no ano de 1834, na Vila Nova, às onze horas da noite, iniciou o rapto daquela que seria sua futura esposa. Durante a noite, a vila estava em profundo silêncio, o professor saíra de casa com cuidado e fora bater na janela do quarto de sua pretendida esposa. Esta já estava esperando-o, abriu a janela e pulou para seus braços (1913, p. 120). Essa narrativa pontua o quarto como lugar de sono, de recolhimento que, apesar disso, mantinha uma janela para a rua. A filha do dono da casa, sogro do professor, não dormia numa alcova, num cômodo sem janelas e separada do resto do mundo. Na casa de Ximenes Aragão, o quarto também era destinado à dormida, tendo seus pais um quarto exclusivo (p. 121).

Em algumas vilas, nas casas de famílias menos abastadas, um dos quartos, quando preciso, servia para a hospedagem de viajantes ou até para ser alugado. Nessas mesmas vilas, era costume das famílias mais bem dotadas terem duas ou mais casas, uma delas servia para receber hóspedes inesperados. Essa distinção entre a residência urbana de estamentos sociais diferentes foi marcante nos relatos de Koster e Gardner, que ora eram recebidos em pequenas choupanas ou, em outros momentos, alguns anfitriões garantiam a disposição de uma casa exclusiva para os viajantes.

Embora com fragilidade e limites, o quarto representava, dentro das residências cearenses, um espaço para a efetivação de ações associadas ao íntimo. Isso, entretanto, não significava que era utilizado apenas para isso, mas também incluía a dormida da família e até mesmo a presença de estranhos. Entre os anos de 1780-1850 no Ceará, principalmente nas vilas, podia-se encontrar uma paulatina especialização do quarto como espaço tipicamente familiar, como espaço de intimidade e segredos. Entretanto, não era a única representação possível. Outros registros o apresentavam, no interior da casa, como espaço destinado ao alheio à família. Em algumas vilas, encontravam-se domicílios que tinham quartos para alugar, sendo destinados à dormida e estabelecimento do cotidiano do inquilino. Gardner, na vila do Crato, foi obrigado a alugar dois quartos, pois não tinha nenhuma casa para locar.

Ele ficara no aposento com sua rede, uma mesa e um banco – no outro quarto alugado deve ter ficado os outros três membros de sua comitiva (GARDNER, 1975, p. 93).

Na povoação de Siupê, em 1821, houve a condenação de um acusado de sedução de mulher casada. O cenário que envolvia a querela era uma casa onde o esposo e a mulher moravam juntamente com dois inquilinos. Um deles, de nome Pedro, aproveitou-se da ausência do marido e de sua inserção no domicílio para seduzir a esposa alheia<sup>7</sup>. Tais situações limitavam o quarto como lugar de uma nascente intimidade familiar, haja vista que trazia e abrigava dentro de casa o estranho à família, pessoas que temporariamente conviviam no interior do domicílio.

Enquanto andavam pelo Ceará, em especial na vila de Arronches no ano de 1866, o casal Agassiz presenciou com curiosidade o uso do quarto de uma pequena residência urbana. Quando hospedados nessa casa, o casal de viajantes europeus descreveu como foram acomodados para dormir. A sala foi destinada para a dormida dos homens, de Luiz Agassiz e seus acompanhantes de viagem, além do proprietário da residência – os punhos das redes disputavam uma luta silenciosa por espaço. No quarto, além de Elizabeth Agassiz, dormia a esposa do dono da casa em uma cama, suas duas filhas dormiam juntas em outra cama, além de uma criada que descansava numa rede armada no canto do quarto. Este era de tamanho reduzido, sem janelas, e dominado pela fumaça do cachimbo que a dona da casa fumava até adormecer – para desespero de Elizabeth (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 412-413).

Nessa casa, onde os Agassiz pernoitaram, o quarto serviu como local de dormida dos membros femininos da família, incluindo também uma criada e uma hóspede. A ausência de janelas, a presença de camas e o fato de ser consagrado como resguardo das mulheres da casa, apontavam para uma associação direta do quarto a uma certa intimidade doméstica e enquanto dormitório. Essa intimidade não estava associada ao grupo familiar por inteiro, pois, envolvia a viajante; menos ainda estava associada a estamento social específico, pois a criada dormia junto com sua patroa e filhas. A incipiente privacidade associada ao quarto dessa residência, numa área urbana, na segunda metade do século XIX, era configurada de acordo com o gênero, isso porque, idealisticamente, as

mulheres deveriam ser salvaguardadas de qualquer ameaça à sua sexualidade e honra.

Em resumo, o quarto, apesar dos escassos registros, trazia em suas representações uma tensão entre a especialização do cômodo como dormitório e sua utilização para outros fins. Trazia a tensão entre um espaço de intimidade da família ou de alguns de seus membros e seu uso por pessoas alheias ao convívio da casa. Estas tensões adquiriam matizes com base nos lugares sociais dos envolvidos e da própria localização do domicílio – nas áreas com maior ou menor adensamento populacional.

### O QUINTAL E A COZINHA

Os quintais eram mais freqüentes nas residências localizadas nas vilas. Em geral, eram cercados por muros baixos e se efetivavam como componente fundamental das casas. Esses espaços, apesar da aparente contradição, não deixavam de ser destinados ao isolamento das famílias, pois raramente os constantes hóspedes que chegavam de surpresa conseguiam transpor a varanda ou a sala (ALGRANTI, 1997, p. 93).

Na fundação da vila de Aracati, em 1748, as próprias autoridades coloniais evidenciavam uma preocupação com os quintais das residências, o que não aparecia em editais de outras vilas. Dentre as áreas destinadas à construção da vila, deveria “ficar chão bastante para os habitantes edificarem casas e seus quintais cômodos ao tráfico”<sup>8</sup>. Explicitamente, o Alvará de fundação da vila de Santa Cruz de Aracati, de 10 de fevereiro do citado ano, adequava-se ao costume dos moradores da região de terem quintais em suas residências. O intento do poder instituído era de padronizar tais costumes no sentido de que os quintais não avançassem sobre as ruas da cidade.

Quase meio século após a promulgação do alvará, Koster pisou nas ruas pavimentadas e passeou entre as moradas assobradadas da vila de Aracati. Ficara hospedado numa das casas desocupadas de um rico comerciante local. Era uma residência grande que contava com um quintal cercado por muro de tijolos com entrada ao fundo para os cavalos (KOSTER, 1978, p. 126-127).

A utilização de tijolos para murarem o quintal poderia ser signo da valorização desse espaço, haja vista que muitas vezes nem mesmo as casas eram edificadas com esse material. Nos quintais aracatienses, os cavalos eram amarrados e pastavam, mas também muitas residências

envolvidas com a salga da carne deixavam suas carnes sobre estrados de madeira, secando ao sol. O couro esticado e a carne-seca integravam esse cenário, onde a cidade era invadida por odores do sangue pisado e do sebo do boi (GIRÃO, 1989). O quintal interagiu com as atividades da indústria das charqueadas, efetivando-se como um espaço destinado ao trabalho.

Em Sobral, na seca de 1825, um indivíduo foi apanhado furtando maracujá no quintal da casa alheia, a polícia espancou-o quase até a morte. Nesse caso, o quintal emergia como lugar também cultivado, em especial onde se plantavam pomares (ARAGÃO, 1913, p. 81). Sua fronteira compunha um espaço exclusivo aos moradores da casa, logo o roubo foi tão grave quanto a invasão e resultou numa pena severa contra o invasor.

Outras invasões aconteciam não simplesmente para furtos, e sim com a intenção de se estabelecer relações íntimas com alguma moradora da casa. Em 1790, na periferia da vila de Russas, Anna dos Mártires pegou sua filha sendo deflorada por Joze Barros no quintal de sua residência. O deflorador ao perceber a presença de Anna tratou logo de fugir<sup>9</sup>.

Na vila de Fortaleza, no ano de 1814, Joaquim Alves Pereira, como administrador de sua filha, denunciava o defloramento desta. Nas linhas do processo emergia a narrativa singela e contundente de uma das testemunhas, o cabo de esquadra Manoel Joaquim, que afirmou ter visto o querelado

varias vezes andar rondando de noite o quintal da caza do Pai do digo, da caza do querellante, e muitas vezes o vio saltar por Riba da cerca para dentro do quintal, e isto via por morar de traz do dito quintal, e que estando lá longo-tempo tornava a saltar para fora.

Outras testemunhas chegaram a precisar o horário em que o suposto deflorador invadia o quintal do denunciante: eram aproximadamente às dez horas da noite.

Esse caso é rico em indícios para se pensar as representações do quintal dentro das arquiteturas urbanas cearenses. O primeiro deles apontava para o papel do quintal como lugar de um possível íntimo, onde a filha buscava escapar do olhar atento dos pais e irmãos. Era lá, talvez entre moitas ou atrás de árvores, que uma incipiente intimidade poderia se confirmar. Assim, diante de quartos repletos de redes e onde a

família dormia reunida, de salas que serviam de dormitórios de viajantes ou para alguns escravos ou outros moradores da casa, o quintal poderia ser uma alternativa para quem buscava um momento de intimidade.

Outro ponto era o fato de ser o quintal alvo constante do olhar da vizinhança. Nesse sentido, o olhar curioso da comunidade se valia da proximidade entre as casas nas vilas e estava sempre atento aos invasores de quintais. No caso citado, apesar da hora avançada da noite, numa vila que não contava com uma iluminação pública e onde as pessoas dormiam e acordavam cedo, regidos pelo nascer e pôr-do-sol, a cerca do quintal continuava sendo vigiada. Talvez, após a denúncia, o deflorador tenha ficado surpreso com o número de testemunhas de sua invasão.

Mas, se o olhar da vizinhança atingia as cercas do quintal, o que acontecia dentro dele poderia ser facilmente ocultado. Tanto o era que o ato de defloramento em si não fora presenciado, as testemunhas só conseguiam acompanhar os passos do deflorador até este pular para dentro do quintal. A invasão em si já delimitava a culpa do acusado, que em 15 de outubro de 1814 tinha sua condenação anunciada pelo juiz ordinário da vila.

O quintal poderia ser espaço de trabalho, de cozinha, de proteção e de intimidade. Dentre as necessidades impostas pelo cotidiano cearense, era um espaço que representava uma alternativa para a ausência de privacidade, delimitando um muro espremido pelo olhar da vizinhança e a intensa circulação de pessoas no interior da casa. Mas, não significava um lugar consagrado para o íntimo, isso porque simbolizava, em determinadas ocasiões, possibilidades para contatos pessoais mais intensos.

Alguns quintais também comportavam uma área destinada ao preparo e consumo de refeições, que ficou conhecida como cozinha. No entanto, descrições ou meras referências a esse setor de serviço eram extremamente raras na documentação levantada. A ausência talvez se desse pelo valor pouco significante da cozinha ou até mesmo pela inexistência de um espaço da casa reconhecido como tal.

De maneira geral, no período colonial brasileiro, a cozinha se estabelecia como espaço privilegiado para relações íntimas à família, consolidando-se paulatinamente como área de acesso exclusivo para os moradores do grupo familiar (VERÍSSIMO; BITAR, 1999, p. 107). Curiosamente, situava-se no final da morada, com a frente voltada para o

quintal (ALGRANTI, 1997, p. 99). A construção desse setor da casa era extremamente simples, geralmente consistindo numa puxada com teto de palha e chão batido. Fogão a lenha e poucos utensílios para o preparo da comida, como painéis de argila secadas no jirau, completavam o cenário (VERÍSSIMO; BITAR, 1999, p. 111). Esse padrão atravessou residências urbanas e rurais de diversas regiões brasileiras, incluindo aí o Ceará, e só sofreu significativas transformações no final do século XIX, com a abolição da escravidão, a imigração européia e a intensificação da importação de produtos manufaturados (VERÍSSIMO; BITAR, 1999).

Em julho de 1782, na vila de Fortaleza, foi aberto um Auto Sumário de Querela de defloramento, em que um vaqueiro de vinte e nove anos - testemunha inquirida - descreveu uma singela cena doméstica ocorrida na cozinha:

vio de longe ao querellado em huma rede debaixo de huma latada que ficava ao pé da cozinha [...] e ao pé da rede em pouca distancia estavam sentadas a querelante e sua mai falando com elle [o querelado], e vio elle testemunha que a dita mai se levantou e foi para dentro da caza como a buscar alguma couza [...] <sup>10</sup>.

Quanto à estrutura e localização da cozinha, parece-me que esta casa cearense não fugia do quadro geral das residências brasileiras até fins do século XI. O primeiro a ser destacado era o fato de a cozinha ser fora da casa, tendo ao seu pé uma *latada*, ou seja, uma cobertura de palhas que servia como extensão do espaço da morada. Era uma construção simples que, além dos possíveis tradicionais aparelhos utilizados para o preparo da refeição, também tinha uma rede armada e talvez uma esteira sobre o chão batido onde mãe e filha se sentavam esperando a carne cozinhar ou o feijão ficar pronto.

O querelado, que aparecia acomodado na rede disposta na cozinha, numa postura bastante familiar, não era qualquer estranho da família. Ele era compadre do dono da casa, padrinho de uma filha do referido proprietário. Portanto, gozava de muita familiaridade com o domicílio, “entrava com amizade em caza do querellante comendo, bebendo e dormindo [...]” <sup>11</sup>. Essa cena descrita pela testemunha apontava para um momento de relativa intimidade da família. Nesse sentido, a cozinha se configurava como espaço privilegiado para esse tipo de relação. A mãe, ao entrar em casa, deixou sua filha e seu compadre

sujeitos a um instante de maior aproximação e de menor vigilância: algum tempo depois a moça apareceu grávida, e o suposto pai da criança seria o citado querelado.

Outra cozinha também foi descrita pelo casal de viajante Agassiz, em 1866, ou seja, 84 anos após a citada querela. A descrição, apesar de ser eivada pelo estranhamento etnocêntrico dos Agassiz, merece ser transcrita:

O chão de terra da cozinha, em que foi servida a ceia, estava molhado; o teto deixava escorrer água como espumadeira e as paredes rachadas eram apenas iluminadas pela luz esfumada de uma grosseira candeia de içar, de óleo tirado da cera da palmeira carnaúba. Ouvi de repente um grunhido abafado ao pé de mim, olhei para o chão e distingi no escuro um porco preto que comia familiarmente numa mesa vizinha junto com as crianças. Um gato e um cachorro completavam o número dos convivas (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 412).

A cozinha descrita neste momento tinha algumas diferenças da que foi citada na querela de defloramento, que poderiam ser atribuídas a distância cronológica entre as descrições e as regiões onde se localizavam as residências. Embora as duas vilas fossem vizinhas, a vila de Arouche foi fundada a partir de um aldeamento jesuítico.

A destacada diferença era o fato de a cozinha descrita pelos Agassiz se encontrar no interior da casa, compondo um conjunto contínuo com o quarto e a sala da residência (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 413). Dentro dela havia duas mesas, que nesse caso foram distribuídas como palcos das refeições das crianças e dos mais velhos. Como em outras residências, esse espaço era destinado à alimentação da família e ao preparo da refeição. A presença de animais domésticos junto às crianças contrastava com os padrões europeus de higiene e causava estranhamento aos narradores. O teto que protegia toscamente talvez fosse feito de palha de carnaúba, como era costume da região. O chão molhado era como do restante da casa, de terra batida. A estrutura singela dessa construção entrava em sintonia com a tônica das residências cearenses entre os anos de 1780-1850, marcada pela singeleza e fugacidade das construções.

De maneira geral, essas duas e raras descrições de cozinhas cearenses, apesar da distância cronológica, servem como indício de que

esse setor da casa no Ceará não se diferenciava de maneira contundente do perfil de outras regiões brasileiras e referendava a noção de que o uso social desse espaço era marcado por uma incipiente privacidade da família, que algumas vezes poderia ser dividida com visitas mais *ilustres*.

\*\*\*

Depois desse panorama geral, serão apresentadas a arquitetura interna e algumas representações sociais de casas da cidade de Fortaleza, na década de 40 do século XIX, cujos proprietários, na maioria das vezes, eram ricos comerciantes. A possibilidade de aprofundar a análise se apoiou na leitura de escrituras de compra e venda de propriedades domiciliares e de anúncios de jornais. Assim, apesar dos limites documentais, foi possível trabalhar com uma morada específica. Essas fontes constantemente faziam referência aos domicílios e às mobílias de segmentos sociais mais abastados, pois estes passavam a ter um maior valor pecuniário.

#### ALGUMAS ABASTADAS MORADAS EM FORTALEZA

Até o final do século XVIII, Fortaleza, apesar de ser capital da Capitania, não se destacava em relação a outras vilas cearenses. Suas ruas eram pouco pavimentadas e as edificações de suas residências eram de uma singeleza que se ofuscava diante das casas assobradadas de Aracati ou quando comparadas com a qualidade dos materiais empregados nas edificações de Icó.

Com a separação do Ceará de Pernambuco em 1799, Fortaleza, por sua localização e pela qualidade natural de seu porto, rivalizou com outras vilas a possibilidade de centralizar a exportação de algodão e couros, como também de se destacar como centro importador. Esse período assistiu à mudança do significado político da cidade, que passou a ser capital econômica da Província. Ocorriam mudanças em algumas casas que ganhavam sobrados, no estabelecimento de construções destinadas à inspeção do algodão exportado e no porto que recebia um volume cada vez maior de embarcações portuguesas e inglesas. Enfim, o comércio e a arquitetura das casas fortalezenses passaram a se diferenciar perante a morada de outras localidades cearenses.

A cidade de Fortaleza, a partir de 1840, assistiu à instalação de uma série de empresas européias e ao aumento do fluxo de capital

(GIRÃO, 1959, p. 151). Estas filiais intensificaram o comércio com a América por meio da exportação de produtos agropecuários, em especial de couro e algodão.

PORTO DE FORTALEZA: VALOR OFICIAL DA EXPORTAÇÃO  
NO ANO DE 1841-2. MERCADORIAS POR PAÍSES DE  
DESTINO, EM MILHARES DE RÉIS

MERCADORIAS	E.U.A	GRÃ-BRETANHA	PORTUGAL	TOTAL
Algodão	....	113.052	570	113.622
Couros	5.945	35.835	5.945	47.725
Madeira	...	3.241	211	3.452
Café	...	...	760	760
Chifres	90	276	96	462
Artigos diversos	186	2.744	9.209	12.139
TOTAL	6.221	155.148	16.791	178.161

Fonte: Arquivo Nacional, relatório do cônsul francês na Bahia, de 01/03/1844 (TAKEYA, 1995, p. 102).

O quadro de exportação pelo porto de Fortaleza demonstrava uma intensa atividade comercial e consolidava a cidade como entreposto entre dois continentes. Essa tendência atravessou toda a década de 40 e 50 do século XIX, fortalecendo o papel econômico da região. Mas, os dados não apontavam apenas para o incremento da exportação, também era significativo o número e o valor dos produtos manufaturados europeus que ancoravam no porto.

A lenta transformação pela qual a cidade passava, era indicada por um crescimento arquitetônico registrado, em 1841, pelo viajante americano Daniel Kidder: “A Cidade tem progredido durante os últimos anos. Diversos prédios estavam sendo construídos por ocasião de nossa visita” (KIDDER, 1980, p. 153). Ainda em sua fala, o americano não deixava de ressaltar que a população continuava preferindo construções mais simples e rápidas de serem erguidas, não sendo usual a edificação de casas mais caras e trabalhosas (KIDDER, 1980, p. 153). As ruas continuavam sem pavimentação até 1857, quando foi efetivado o projeto de calçamento, que contou com a contratação de *calceteiros* das Ilhas de Açores (GIRÃO, 1959).

A explosão comercial, o aumento da residência de estrangeiros na cidade, o incremento da circulação de produtos e hábitos europeus poderiam ser considerados alguns dos fatores que contribuíram para uma tímida mudança na arquitetura interna e nos significados dos domicílios de Fortaleza. Essas transformações não alcançavam toda a sociedade, mas eram restritas a um grupo social mais abastado. Durante os anos de 1847-50, foram encontradas apenas três referências em jornais a negócios imobiliários, duas de aluguel e uma de venda de casa. Essa pouca regularidade poderia ser indício da ausência de costume de se anunciar os imóveis no jornal ou também ser signo do volume de negócios que envolviam o mercado mobiliário do período. Esse segundo ponto foi corroborado pela análise do Livro de Notas de Fortaleza, que entre os anos de 1843-1849 registrou 13 negócios com imóveis, destes 02 eram hipotecas, os demais eram escrituras de compra e venda.

A população da cidade, em valores aproximados e precários, apresentava um significativo crescimento. No ano de 1808, a estimativa feita pelo Governador Luiz Barba Alado de Menezes era de 9.624 moradores (MEZES, 1871, p. 255-286). Em 1816 o engenheiro real Silva Paulet calculou aproximadamente em 12.000 habitantes (PAULET, 1898, p. 05-53), com poucas edificações e sem nenhum sobrado. Já pelos anos 40, precisamente em 1847, a população fortalezense ultrapassava os 16.000. No ano de 1860, estava distribuída em 960 casas de tijolos, 80 sobrados e mais de 7.200 residências cobertas de palha e fora do alinhamento planejado para a cidade (BRASIL, 1997). Assim, era significativo o aumento de moradores, como também a quantidade e a qualidade da construção de seus domicílios.

Um cronista de época, o conhecido Boticário Ferreira, em 1843, deixava claro que segmento social estava relacionado diretamente com essas transformações:

A cidade era quase toda de casebres. Na maioria das ruas, só se encontravam casas baixas e estreitas, de porta e janela, sem rótulos ou persianas. Era o tipo comum de edificação. Os sobrados, em número limitado, considerados residências de nobres, eram de fato, ocupados pela gente de boa situação financeira (ARAGÃO, 1913, p. 182).

As casas mais simples ainda eram dominantes, e a arquitetura das moradas passava a ser associada ao estamento social de seu proprietário. As escrituras de compra-venda e hipoteca, e os anúncios nos jornais diziam respeito a alguns domicílios de um segmento mais abastado da sociedade, especialmente quando se consideram que mesmo nos anos 60 do século XIX, ainda existiam mais de 7.200 casas de palha e taipa espalhadas pela periferia de Fortaleza.

Dos 13 negócios imobiliários registrados em cartório, entre os anos de 1843 e 1849, mais da metade envolvia explicitamente negociantes. Eram 07 situações em que os comerciantes foram citados como parte ativa, 06 vezes como compradores e outra vez como vendedor. O negociante Alfred Harvey foi citado como comprador de dois desses domicílios. Outro comerciante citado foi José Smith que comprara uma casa e um sítio na periferia da cidade, mais precisamente em Jacarecanga. A presença intensa de homens cujos registros cartoriais não cansavam de qualificar como *negociantes*, somados a alguns sobrenomes europeus, era indício da associação direta entre o crescimento econômico da cidade e o aumento de comerciantes europeus em Fortaleza, com o volume de negócios imobiliários aqui apresentado.

Outro indício apontava para o fato de que as referidas casas pertenciam a um grupo economicamente privilegiado: o valor dos imóveis. Os irmãos Borges compraram uma casa avaliada em 05 contos de réis. Vizinha a essa mesma casa, outra foi comprada também por comerciante: Alfred Harvey pagou aproximadamente 06 contos de réis. José Smith desembolsou 01 conto e 500 mil réis na compra de um sítio. Os negociantes Mendes & Irmãos pagaram a hipoteca de 01 conto e 197 mil-réis. Martinho Borges pagou 750 mil réis por uma residência situada no largo do Palácio Provincial.

Para se ter uma idéia do valor efetivo dessas casas, basta olharmos inventários de períodos próximos aos anos 40, que foram lavrados em outras localidades cearenses. Em 1846, em Sobral, Manoel Fernandes tinha dois sítios avaliados em 492 mil-réis, incluindo benfeitorias, além de engenho de moer cana e mandioca<sup>12</sup>. No ano de 1850, na vila de Icó, Germana de Jesus tinha sua casa de vivenda avaliada em 20 mil-réis,<sup>13</sup> e Rita da Conceição tinha sua residência avaliada em 13 mil e 501 réis<sup>14</sup>. Tais valores eram bem diferentes das transações que

envolviam comerciantes em Fortaleza, principalmente quando se considera que um milhar de mil-réis equivalia a 01 conto de réis.

Assim, os domicílios que agora serão analisados, a estrutura interna e o uso social do espaço pertenciam a grupos familiares da elite não só de Fortaleza, mas também de toda a Capitania. Num momento anterior foram elaborados rascunhos de uma imaginária residência, que poderia ser associada à parcela significativa da população cearense. De agora em diante, serão analisadas residências e mobílias de um segmento social específico da cidade de Fortaleza na década de 40 do século XIX.

### O DOMICÍLIO E A CONSTRUÇÃO DO INCIPIENTE SIGNIFICADO DA VIDA FAMILIAR

No dia 08 de novembro de 1846, no jornal *O Cearense*, era anunciado o aluguel de uma casa situada na rua Formosa (atual Av. Liberato Barroso). As qualidades ressaltadas desse domicílio consistiam em: “bons commodos, quintal e cosinha” (JORNAL O CEARENSE, 08 de nov. de 1846). Dois anos depois, em 1848, aparecia outro anúncio envolvendo uma casa, porém, nesse caso, era de venda. Esse anúncio era maior e ressaltava vários aspectos positivos do domicílio em questão:

Uma morada de cazas edificadas de tijollo, coberta de telha, e mui bem contruídas, sitas na rua Amélia [atual Pedro Pereira], com uma porta e uma janella na frente virada para o nascente, oitenta e cinco palmos de fundo [17 metros], e com commodos para huma família numeroza, por ter um grande sótão: tem alpendre atraz, cosinha, e dous quartos separados da caza: tem quintal bem murado, excellente cacimba. Além disso pertence-lhe o terreno correspondentes aos fundos até onde tem de edificar-se nova rua [...] Vendem-se até a prazos mensaes (JORNAL O CEARENSE, 10 jan., 1848).

Esses dois anúncios, somados às escrituras, compra e hipoteca, traziam ao longo de seus resumidos textos elementos que ajudam a pensar os aspectos das representações sociais e da arquitetura de residências pertencentes a um grupo social abastado em Fortaleza nos anos 40 do século XIX.

Um primeiro aspecto chamou atenção: o material empregado na edificação do domicílio, como as paredes de tijolos e a cobertura de telha,

era um diferencial em relação à maior parte das casas cearenses. Em geral, as residências espalhadas pelo Sertão em áreas urbanas ou rurais, pertencentes a diferentes estamentos sociais, foram construídas com materiais menos permanentes em que a taipa era dominante. O emprego de elementos mais resistentes nessas abastadas casas poderia ser indício da valorização das mesmas, pois a precariedade das construções que indicavam a constante movimentação da população cearense foi substituída por construções mais duradouras, que apontavam para um menor deslocamento de seus proprietários.

Nesse momento, é imprescindível ressaltar que o lugar social dos donos dessas casas, como também a atividade às quais estavam associados eram fatores que devem ser considerados no esforço de entender as especificidades dessas propriedades. O crescimento da cidade de Fortaleza e o seu papel de refrigério da seca para a população oriunda do Sertão constituíam fatores que permitiam a essas pessoas a possibilidade de fixarem com relativa segurança seus domicílios. Por exemplo, durante a seca de 1844/45, Fortaleza recebeu um número significativo de sertanejos que, por estarem com doenças infecciosas, obrigaram o presidente da Província, Ignácio Vasconcellos, a construir uma enfermaria, a Enfermaria de Caridade – fechada posteriormente em 1848 (STUDART, 1997, p. 37). A seca assolava o Sertão obrigando o deslocamento dessa população; Fortaleza recebia várias famílias de flagelados e construía enfermarias para abrigar os retirantes doentes e a comida subia a preços exorbitantes. Nesse mesmo cenário, casas de tijolos e telhas eram compradas por comerciantes exportadores e a cidade se constituía como um dos lugares de maior resistência à seca.

Ainda nesse sentido, o próprio valor pecuniário da casa ganhava dimensões mais significantes diante do patrimônio total da família e se apresentava como um real investimento econômico. Algumas das casas chegavam a custar 05 contos de réis. Quando se compara o valor e o peso no montante total no patrimônio familiar de algumas residências de Fortaleza com outras regiões cearenses no mesmo período, pode-se ter uma idéia do novo significado que o domicílio começava a adquirir.

Uma casa na Povoação de Telha, Comarca de Icó, em 1850, foi avaliada em 13 mil e 501 réis. Sua proprietária Rita da Conceição também tinha entre seus bens uma *égua parida* avaliada em 25 mil réis, ou seja, quase o dobro do valor da casa<sup>15</sup>. Na cidade de Fortaleza, no ano de

1844, Francisco das Chagas hipotecava ao comerciante Frederico Pereira sua residência no valor de 103 mil réis, quase 08 vezes o valor da morada de Rita da Conceição. O domicílio de Francisco, apesar de ser de tijolo e telhas, era simples: não tinha divisões internas, cozinha e portas de dentro. Mesmo assim, consistia no principal bem da família, justamente por isso foi dado como garantia de um empréstimo<sup>16</sup>.

Como seguro de 01 conto e 197 mil réis, emprestados pela firma comerciante Mendes & Irmão, a professora de primeiras letras de Fortaleza Umbelina de Carvalho hipotecava sua casa na periferia da cidade. A residência consistia no seu principal patrimônio – e talvez único. Por outro lado, nos anos 40 do século XIX, o também professor, Ximenes Aragão e sua família, oriunda inicialmente de Sobral, foram constantemente obrigados a deslocarem-se fugindo da seca. Nessas migrações permanentes os bens que a família tinha para vender eram poucos escravos e *trastes de casa*. O professor, ao longo de sua narrativa, não destacou em momento algum o valor pecuniário de sua morada, talvez por não possuir residência própria e fixa ou por esta não ter um valor de destaque no patrimônio familiar (ARAGÃO, 1913).

Esses dois casos de hipoteca de residência, embora não envolvessem diretamente domicílios de abastados comerciantes, chamavam atenção para o significativo valor dessas casas e o lugar que estas ocupavam dentro do patrimônio familiar. Domicílios mais permanentes, mais caros e usados como investimento econômico poderiam ser indícios da incipiente valorização da casa e um novo sentido desta nas relações familiares. Essa mudança acontecia lentamente e envolvia geralmente grupos sociais economicamente destacados e residentes numa cidade específica. Fortaleza assistia ao seu crescimento comercial e também sofria uma maior influência da presença dos hábitos de comerciantes portugueses, ingleses e franceses. Mas, de um modo geral, as casas cearenses continuavam a ser construídas de taipa e palha, e mesmo diante de proprietários de escravos e gado, não representavam papel de destaque daquilo que era considerado bens da família.

#### PASSANDO PELA PORTA DA FRENTE

No anúncio citado era destacado não apenas o tamanho da casa, mas também o número de cômodos. Dizia que a referida construção contava *com commodos para huma família numeroza*. A casa aparecia

representada como um lugar da família e uma das suas qualidades era justamente poder abrigar satisfatoriamente um grande grupo familiar. Na propaganda, não foram citadas áreas e nem outras facilidades destinadas ao trabalho, por exemplo, mas sim o domicílio na sua função como habitar da família. A existência de dois quartos separados do corpo principal da residência poderia ser indício do esforço de manter escravos ou outros empregados circunscritos às áreas de serviços domésticos, como a cozinha, o alpendre dos fundos e o quintal.

A delimitação de áreas que apartassem, mesmo parcialmente, os escravos do convívio de famílias livres, era uma novidade no Ceará. Numa sociedade onde raras eram as famílias que possuíam mais de 20 escravos, a análise de inventários apresentava uma curiosidade: a ausência de senzalas, possivelmente, indicando que os escravos moravam nas casas de seus senhores. Esta possibilidade de coabitação entre escravos e a família de seus senhores também estava presente por alguns fatores. Primeiro, os proprietários cearenses não possuíam, de modo geral, grandes plantéis e não seria um bom investimento construir senzalas para abrigar um número restrito de escravos. Segundo, tais escravos, na maioria das vezes, principalmente em áreas urbanas, eram empregados nos serviços domésticos, e suas presenças nas casas dos senhores eram constantemente requisitadas. Foi o caso do auto de envenenamento em que a ré era a escrava Rita, acusada de colocar cotidianamente no caldo que aprontava para seu proprietário pequenas porções de uma planta alucinógena chamada *zabumba*. Para tanto, Rita havia se valido da sua constante presença na casa de seu senhor.<sup>17</sup> Além desse, o relato do casal de viajantes Agassiz, que destacou com severidade a presença de uma escrava dormindo no mesmo quarto de sua senhora e filhos (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000).

A agricultura cearense, mesmo voltada para a exportação, era uma empreitada doméstica que poderia contar, algumas vezes, com um ou dois escravos que porventura a família possuísse. Este reduzido plantel, além de mão-de-obra, também significava uma reserva de capital que poderia ser vendido em épocas de seca – em que a colheita do algodão e de gêneros alimentícios ficava comprometida. Não seria viável se fazer moradas para escravos com uma presença fugaz na propriedade.

É interessante também ressaltar que nem todos os inventariados possuíam casas de morada, embora tivessem escravos. Assim, não seria

de estranhar casos em que coabitavam núcleos familiares diversos, levando consigo um pequeno plantel. Pais, mães, filhos, sobrinhos, cunhados, genros, escravos etc. poderiam residir num mesmo espaço, tornando frágil a associação entre família e domicílio. O cotidiano dessas casas não era marcado apenas pela vida familiar, era eivado pelo cotidiano da labuta. A ausência de locais exclusivos para a dormida e alimentação dos escravos poderia significar que estes dormiam sobre esteiras de palhas ou redes espalhadas pela casa e que se alimentavam em pratos de barro ou em cabaças sentados no chão batido.

Assim, quando na primeira metade do século XIX, em Fortaleza, esboçavam-se arquiteturas domiciliares que criavam áreas exclusivas de serviço, quando se esboçava um esforço de apartar a família do convívio dos escravos e também de outros empregados, estava-se também redefinindo comportamentos sociais e redimensionando-se o próprio sentido da vida familiar. Os fâmulos não deveriam mais dormir debaixo do mesmo teto de seus senhores e nem terem uma convivência mais intensa com os membros da família. Os dois cômodos à parte, associados com outras áreas externas (cozinha, alpendre e quintal), serviam como filtros que corroboravam a consagração da associação direta entre família e domicílio, ao mesmo tempo também apontavam para o esforço de separar os empregados e escravos do convívio com o grupo familiar.

O anúncio de uma peça a ser encenada em Fortaleza, no ano de 1847, sintetizava uma nova definição de família associada ao domicílio. A peça principal foi escrita por Antonio José da Silva, o Judeu, e narrava a saga de sua família perseguida pela Inquisição. O anunciante lembrava que os sócios do *Theatro Thaliense* deveriam pegar antecipadamente os convites na casa do tesoureiro da associação. Dizia mais, que cada membro da família do associado tinha direito a um convite. Até aí o anúncio apenas destacava um evento social que envolvia abastados membros da sociedade fortalezense.

Mas, diante das variadas noções de família correntes na cidade, a associação fez questão de registrar em seu regimento no parágrafo 2º, transcrito no anúncio, o que entendia por família: “Por família entende-se os que vivem no mesmo tecto, excepto pessoas menores de 7 annos, famulos, e escravos” (JORNAL O CEARENSE, 24 jun., 1847). Ao lado da nova divisão interna de algumas casas da cidade, havia o esforço de separar nitidamente a família de sua escravaria e, ao mesmo tempo, de

valorizar o domicílio como elemento definidor do grupo familiar, onde a morada passava a ser representada como domínio exclusivo da família. Mas, esse novo sentido da casa e da família materializado no anúncio de uma peça de teatro, como também essa nova arquitetura domiciliar, ainda dizia respeito a um grupo social específico.

A representação da casa como espaço eminentemente familiar também estava associada a uma especialização dos vários setores da residência. A sobreposição de funções, tão comuns na maioria dos lares cearenses, começava a ser ameaçada pela valorização das divisões internas e pela configuração de uma mobília menos singela, mais pesada, luxuosa e especializada.

Todos os anúncios lidos sobre aluguel ou venda de casa destacavam o número de cômodos como uma das principais qualidades do imóvel em questão. Na escritura de venda, feita por Antonio Theodoro e dona Izabel da Costa, foi mencionada a casa com esquina para o mar que ainda em fase de construção, evidenciava um bom acabamento com ladrilhos e com divisões internas.<sup>18</sup> Por outro lado, a casa de Francisco das Chagas não atingia o valor de 200 mil-réis – quantia pequena quando comparada com os negócios imobiliários que envolviam alguns contos de réis. Nas justificativas para esse pequeno valor, que desqualificava a referida morada, figuravam a ausência de divisões internas, de portas no interior da residência e de uma cozinha<sup>19</sup>

Durante os anos de 1780-1850, eram raras as referências à cozinha. Esta, quando aparecia, era mencionada muito mais como uma *puxada* do que uma área definida. Essa tendência geral não se aplicava a algumas abastadas casas fortalezenses nos anos 40 do século XIX, pois foi encontrada referência à construção de cozinhas em 03 das 16 casas pesquisadas. Em última instância, poder-se-ia perceber a construção de um setor exclusivo de serviços nos fundos dessas residências, formado por um complexo que envolvia, além da cozinha, quintal, pomar, quartos para fâmulos ou escravos e cacimba. Ainda integrando esse complexo de serviços, figurava o alpendre nos fundos das moradas, que não era destinado ao recebimento de hóspedes, e sim para o refrigério da casa, que tinham suas frentes voltadas para o nascente. Nessas residências, o quintal não era área de intimidade, como em outras regiões do Ceará, mas destinada exclusivamente aos trabalhos domésticos.

Outro ponto que diferenciava essas casas da maior parte das casas cearenses era a mobília. Em outras cidades e vilas, como também em regiões rurais do Sertão, as mobílias das casas de grandes e pequenos proprietários de gado e de escravo apresentavam uma simplicidade e mobilidade marcante, que eram sintetizadas na presença das redes e das malas, adequadas ao constante deslocamento das famílias e à sobreposição de funções do domicílio.

Em Fortaleza, começavam a aparecer mobílias mais pesadas, caras e com uma clara intenção de possibilitar aos seus donos um maior conforto e requinte. O tenente Francisco Xavier Torres, em 1847, por ocasião de viagem ao Pará, vendia sua mobília composta por sofá, cadeiras, mesa de centro com pedra, *ótima cama com todos os pertences*, aparelhos de chá, mesa de vidro, guarda-louça, castiçais, lanternas, jarras para flores, cômodas, mesa e cadeiras para sala de jantar, realejo, garfos e facas com cabos de marfim etc. (JORNAL O CEARENSE, 15 jun., 1847). O leiloeiro era Victiriano Borges, que passou quase dois anos para anunciar outro leilão, em 1849 — pelo menos anunciados no jornal *O Cearense*.

No armazém de Rocha Junior, que também alugava casas, eram vendidas “cadeiras, e campés de assentos de palhinha, mezas de salla, jardineiros com pedra, commodas grandes e pequenas, lavatórios, banquinhos de cama, camas à francesa [...]” (JORNAL O CEARENSE, 13 mar., 1848). Enfim, essa rica e delicada mobília leiloada ou vendida no armazém contrastava com a singeleza dos móveis presentes na maioria das residências cearenses, mesmo quando aí incluídas as casas de proprietários de gado e de escravos. Evidenciava a especialização de funções de setores da casa, como a sala de jantar e os quartos para dormida que, com as camas à francesa, perdiam a possibilidade de serem re-configurados rapidamente para outra função.

Além da distribuição de especialidades entre os cômodos da casa, também era possível assistir a um maior investimento econômico no conforto do domicílio. As casas eram edificadas com materiais mais nobres e permanentes, com a utilização de tijolos, telhas e ladrilhos, com um maior número de portas e janelas, com cozinha, dependências para empregados, pomares, quintal murado e cacimba. As frentes das casas procuravam ser voltadas para o nascente, onde o calor da tarde insidia principalmente na área de serviço. O requinte na edificação era

acompanhado por uma luxuosa e cara mobília, que ficava encarregada de preencher os principais espaços da morada e marcar o uso de cada um deles. Em síntese, os proprietários estavam investindo mais dinheiro em suas casas, evidenciando-as como signo de seu lugar social e como *lôcus* exclusivo da vida familiar. A morada passava a simbolizar um menor deslocamento da família e armazenava parcela significativa de seu patrimônio.

O crescimento do comércio exportador, o aumento do fluxo de capital, uma mais contundente presença de hábitos e valores europeus aportados nas casas comerciais estabelecidas em Fortaleza, como também na importação de vários produtos ingleses e franceses, eram elementos que corroboravam a incipiente transformação do domicílio fortalezense. A década de 40 do século XIX assistia ao início de mudanças de significados da relação entre família e domicílio, o que ocorria pontualmente nos lares de alguns grupos familiares pertencentes a um segmento social mais abastado.

Mas, ainda no geral, em várias regiões e segmentos sociais cearenses, a associação entre família e domicílio mantinha contornos coloniais, em que a casa poderia, em determinadas situações, ser ou não associada à vida familiar. Casas de taipas, cobertas de palha, com dimensões reduzidas, com poucas divisões internas, com sobreposição de funções dos poucos cômodos e com mobília simples e toscas ainda se efetivavam como unidade doméstica preponderante no Ceará.

Segundo Gilberto Freyre, no século XIX, as organizações domésticas tradicionais passaram a sofrer profundas mudanças. Tais transformações vieram no bojo de um processo de *aburguesamento* e da decadência do antigo patriarcado colonial. Assim, o campo perdia sua soberania para a cidade, a casa-grande era derrotada pelo sobrado, a casa passava a ser espremida e normatizada na sua relação com a rua e as fronteiras entre o *público* e o *privado* ficavam mais delimitadas. Essa teria sido a tônica das grandes cidades, especialmente Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Luís e São Paulo (FREYRE, 2000). Esse movimento também poderia ser percebido timidamente em Fortaleza nos anos 40 do século XIX. Algumas casas dessa cidade já traziam em suas arquiteturas o anúncio de um novo modelo domiciliar e familiar que marcaria a sociedade brasileira no final do século XIX.

## NOTAS

- 1 Arquivo Público do Ceará (APEC), *Inventário de José Álvares Dinis, vila de São João do Príncipe, 1820*.
- 2 APEC, *Inventário de Manoel Nunes de Abreo, vila de Quixeramobim, 1836*.
- 3 APEC, *Inventário de Domingos José de Matos, vila de Messejana, 1829*.
- 4 APEC, *Inventário de Maria Rodrigues Pereira, vila de Aquiraz, 1774*.
- 5 APEC, Sumário de Querela de 1806, fl. 24 (v) & 25.
- 6 APEC, Sumário de Querella, vila de Icó, p. 56.
- 7 Arquivo Ultramarino de Portugal, *Alvará de fundação da vila de Santa Cruz de Aracati, 10 de fevereiro de 1748*.
- 8 APEC, Lançamento de Termos Diversos (1789), p. 18.
- 9 APEC, Auto Sumário de Querella, 1779-1884, fl. 145(v).
- 10 Idem.
- 11 APEC, *Inventário de Manoel Fernandes, 1846, Sobral*.
- 12 APEC, *Inventário de Germana de Jesus, 1850, Icó*.
- 13 APEC, *Inventário de Rita da Conceição, 1850, Icó*.
- 14 APEC, *Inventário de Rita da Conceição*, op. cit..
- 15 APEC, *Livros de Notas – Fortaleza, 05.08.1843-10.02.1849*, p. 52.
- 16 APEC, Sumário de Querella de 1816, vila de Icó, p. 06.
- 17 APEC, *Livros de Notas – Fortaleza, 05.08.1843-10.02.1849*, p. 185 (v).
- 18 Idem, p. 52.

## REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, E.; AGASSIZ, L. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Brasília-DF, Senado Federal, 2000.
- ALGRANTI, L. M. A Família e a vida doméstica. In: NOVAIS, F.; SOUZA, L. de M. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, v. 1.
- ARAGÃO, M. X. Memórias. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 48, p. 182, 1913.
- ARAÚJO, E. *O teatro dos vícios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARQUIVO ULTRAMARINO DE PORTUGAL. *Alvará de fundação da vila de Santa Cruz de Aracati, 10 de fevereiro de 1748*.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

- GIRÃO, R. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959.
- GIRÃO, V. As charqueadas. In: SOUZA, S. (Coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC; Fund. Demócrito Rocha, 1989.
- JORNAL O CEARENSE, 08, nov., 1846.
- JORNAL O CEARENSE, 15 e 24, jun., 1847.
- JORNAL O CEARENSE, 10, jan. e 23 mar., 1848.
- KIDDER, D. *Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- KOSTER, H. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.
- LEMONS, C. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LINDLEY, T. *Narrativa de uma viagem ao Brasil que terminou com o apresamento de um navio britânico e a prisão do autor e da tripulação do navio pelos portugueses, acompanhada de diversas apreciações de caráter geral sobre o país, seus produtos naturais, seus habitantes e uma descrição da cidade de S. Salvador e Porto Seguro*. São Paulo: Nacional, 1969 [1ª publicação em 1805].
- MARTINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- POHL, J. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- SAIA, L. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- STUDART, B. de. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Fac-símile 1909.
- TAKEYA, D. *Europa, França e Ceará*. Natal: Ed. UFRN; São Paulo: HUCITEC, 1995.
- VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- VIEIRA Jr., A O. *O cotidiano do desvio: defloramentos e adultérios no Ceará colonial*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NOTAS SOBRE HISTÓRIA AMBIENTAL REGIONAL: OS VALES DO RIO DOCE E DO AÇO DE MINAS GERAIS SOB A ECONOMIA DAS PLANTAÇÕES FLORESTAIS (1940-2000)

Múcio Tosta Gonçalves

Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD-Minas)

ENSAIO PRELIMINAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO FLORESTAL

Para Brito, Oliveira e Junqueira (1997, p. 53), a íntima ligação entre a evolução histórica da economia mineira e o desmatamento decorreu de uma despolitização da "questão das florestas" por meio da sua redução à condição de meras fornecedoras de energia para os mais diversos fins domésticos e comerciais. Entretanto, é possível dizer que ocorreu exatamente o contrário do que afirmam esses autores. Identifica-se em suas leituras, comum a muitos que se dedicam ao tema da relação entre desenvolvimento econômico e florestas, a hipótese de que uma política de recursos florestais tem que estar voltada para o controle do seu uso como insumo urbano e industrial. Se bem essa tenha sido a ênfase vitoriosa da administração pública dos recursos madeireiros e das florestas nacionais ainda hoje, isso não permite falar da formação de uma política para as florestas sem referência ao envolvimento sistemático de parcelas da sociedade civil no enfrentamento da degradação e a favor da proteção dos recursos florestais.

Mesmo que a raiz mais remota de uma tal posição tenha sido a necessidade da Coroa Portuguesa em obter o máximo de riqueza - o que gerou medidas destinadas a controlar a exploração predatória de madeira, principalmente de algumas espécies de maior uso e valor comercial - ela se solidificou somente com a emergência de dentro da sociedade de algumas vozes capazes de potencializar as queixas contrárias à situação de degradação dos ecossistemas florestais (PÁDUA, 1987 e 1991). E essa última condição, que data das primeiras décadas do século XX, contém muitos dos aspectos precursores do movimento ambientalista nacional - o que não significa, porém, que antes da década de 1970 existisse um "movimento" ambientalista no Brasil.